

DA TUTELA ANTECIPADA NAS POSSESSÓRIAS FUNDADAS NA POSSE VELHA^{*1}

Clito Fornaciari Júnior

Mestre em Direito pela PUCSP.

Advogado.

Palavras-chave: Tutela antecipada, risco de dano irreparável, dignidade constitucional, devido processo legal, plenitude do direito de defesa, processo civil de resultados, ações possessórias, posse velha, vedação da proteção antecipada.

1. DA TUTELA ANTECIPADA

Não se pode negar que a grande novidade que a reforma processual, desenvolve-se desde 1992, trouxe ao processo civil brasileiro foi a introdução, entre nós, da tutela antecipada,² possibilitando ao magistrado adiantar os efeitos da própria prestação jurisdicional postulada pelo autor, ainda que diante de um exame necessariamente precário das nuances do caso, até porque realizado

* O artigo do ilustre Professor CLITO FORNACIARI JÚNIOR foi, gentilmente, encaminhado para publicação na RIPE, pelo Professor Ms. PAULO HENRIQUE SILVA GODOY, respeitado mestre desta Faculdade de Direito de Bauru – ITE.

1 Trabalho escrito em homenagem ao eminente processualista ÉGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO, que empresta sua privilegiada inteligência para o desenvolvimento do Direito Processual Civil Brasileiro.

2 A tutela antecipada já vinha contemplada no Código de Defesa do Consumidor para as demandas voltadas ao cumprimento das obrigações de fazer ou não fazer (art. 84, § 3º), colocando como requisitos para a sua concessão a relevância do fundamento da demanda e o justificado receio de ineficácia do provimento final.

antes de ter, nos autos, a totalidade das alegações e das provas, que lhe ensejam a formação de sua convicção plena.

Para tanto, reclama a lei prova inequívoca, que convença da verossimilhança da alegação, aliada, na hipótese mais comum, ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, em se aguardando o desfecho do processo (art. 273 do CPC).

A inovação implicou mudança radical do eixo em que se assentava a dinâmica do processo. Os estudiosos de Direito Processual Civil foram educados na linha da preservação do direito de defesa, como valor absoluto, conferindo-se ao réu, quando não expressamente, a cômoda posição de se presumir “inocente”, até prova em contrário. Dessa concepção não se afastou o texto constitucional, que, diversamente, tratou de conferir dignidade constitucional, inclusive como cláusulas inderrogáveis, a princípios e regras de processo, que se dirigem, exatamente, neste sentido, entre elas se destacando o devido processo legal e a plenitude do direito de defesa.³

Atualmente, com ou sem plenitude do direito de defesa, o valor supremo que se prestigia no processo é a eficácia do provimento, buscando igualmente fazê-lo o mais rápido possível. Nessa linha, CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO proclama que “o processo civil de hoje é necessariamente um *processo civil de resultados*, porque sem bons resultados, e efetivos, o sistema processual não se legitima”.⁴ Contribui para alcançar essa finalidade, sem dúvida alguma, o instituto da tutela antecipada, sem embargo de ensejar um resultado embasado somente em mero juízo de plausibilidade e não de certeza, de vez que, muito embora se coloque como requisito para o seu deferimento a existência de prova inequívoca, o juízo que se aceita como suficiente é o da verossimilhança, marcado pela mera probabilidade⁵ do afirmado pelo autor, ainda na esteira do *fumus boni iuris* do processo cautelar,⁶ do qual podem ser retiradas as coordenadas para sua interpretação.

3 TEORI ALBINO ZAVASCKI reconhece que a previsão da tutela antecipada restringe a segurança jurídica que a Constituição Federal consagra no inciso LIV, do seu art. 5º. Entende, porém, que esta restrição se torna possível quando um outro direito fundamental estiver em vias de ser desprestigiado. No caso, afirma existir na Lei Maior o direito à efetividade da jurisdição, como uma decorrência do direito de acesso à justiça, que deve ser garantido por meios expeditos e eficazes de exame da demanda e de concretização de seus resultados (“Antecipação de Tutela e Colisão de Direitos Fundamentais”, *Reforma do Código de Processo Civil*, São Paulo, Saraiva, 1996, obra coletiva coordenada por SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, págs. 146 e segs.).

4 “Nasce um novo Processo Civil”, *Reforma cit.*, pág. 14.

5 J. E. CARREIRA ALVIM diz ser a probabilidade o critério mais seguro para se apurar a verossimilhança, vendo-a retratada em uma situação intermediária entre a ignorância e a certeza (“A Antecipação da Tutela na Reforma Processual”, *Reforma cit.*, págs. 60 e segs.).

6 Mais longamente nesse sentido, nossa posição em *Reforma Processual Civil (Artigo por Artigo)*, São Paulo, Saraiva, 1996, págs. 37.

2. DA TUTELA ANTECIPADA COMO REMÉDIO ESPECÍFICO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

A disciplina da tutela antecipada vem lançada dentre as disposições do processo de conhecimento (Livro I do CPC), que guardam também a conotação de *regras gerais de processo*, dado que aquilo que no Livro I se estabelece é aplicável não só ao processo de conhecimento, mas também aos demais processos regradados pelo Código e pela legislação extravagante. Mais especificamente, a tutela se prescreve entre os artigos que definem o procedimento, em suas regras gerais (Título VII, Capítulo I, do Livro I, do CPC).⁷

Apesar do caráter geral das normas do Livro I do Código, a tutela antecipada é medida atinente especificamente ao processo de conhecimento. Possibilita que se confira eficácia antecipada aos provimentos de ações de conhecimento de qualquer natureza, o que somente seria viável com a prolação da sentença de mérito procedente e, via de regra, somente seria exequível, se de condenação se cuidasse, após o seu trânsito em julgado.

Para as demais modalidades de processo, a providência soa impertinente, até porque tanto a execução, como o cautelar possuem, no seu bojo, providências enérgicas e imediatas de concretização de direitos, decorrentes de sua própria natureza, que prescindiriam de qualquer outro ato voltado a tornar o processo mais eficaz e seus comandos mais prontamente realizáveis. Assim, na execução, tem lugar a penhora, afetando à solução do débito determinado bem do patrimônio do devedor; por seu turno, nas medidas cautelares, está prevista a possibilidade de sua concessão liminarmente e até sem a oitiva da parte contrária. Não há, assim, como se associar a esses procedimentos o regime da tutela antecipada ou algo que a tanto pudesse ser equiparado.

De outro lado, estando o instituto regrado nas disposições gerais acerca do procedimento, em título que cuida dos enunciados gerais referentes ao procedimento comum, desdobrado em ordinário e sumário, não há dúvida de que a tutela pode ser deferida em ambos os procedimentos, mesmo porque, no grande número de casos, a imposição de um ou outro decorre do simples valor da causa, sem qualquer consideração do bem da vida em disputa.

⁷ O art. 461 do Código de Processo Civil também prevê a concessão de tutela antecipada (§ 3º), fazendo-o particularmente com relação ao cumprimento das obrigações de fazer ou não fazer. A norma pode ser vista como específica para aquela modalidade de obrigação, justificando-se apenas por força de ter como preocupação primeira o cumprimento *in natura* daquelas obrigações, colocando a sua conversão em perdas e danos como hipótese que, a todo custo, deve ser evitada.

3. DAS PARTICULARIDADES DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Todavia, o procedimento comum, como é sabido, não representa a única via para o trilhar dos processos. Por razões de política legislativa, o legislador prestigiou alguns direitos e relações jurídicas, dando-lhes um caminho próprio e específico para o caminhar dos processos que sobre eles versem.

Esses procedimentos especiais encontram-se disciplinados no Código de Processo Civil e na legislação extravagante, representando, em síntese, um caminho próprio e específico para o trâmite dos processos, o que se faz por normas de ordem pública, insuscetíveis de serem derogadas por vontade das partes.

A especialidade desses procedimentos – evidentemente particular a cada qual – denota-se em vista da atribuição a simples processos voltados à obtenção de sentença de mérito, que resolva um conflito de interesses entre as partes, de alguma ou algumas particularidades que não seriam pertinentes, via de regra, a processos de conhecimento. Existe como que uma mescla de processo de conhecimento, com execução ou cautelar ou com ambos simultaneamente.

As características mais comuns, nesse sentido, são a exigência de prova pré-constituída para a propositura da ação (depósito, mandado de segurança); a conferência de carga executiva à sentença, prescindindo da propositura, ao depois, de sua execução, que nela já se encontra embutida (despejo, possessória); e a possibilidade de concessão de liminar que, no sistema anterior, era vista com natureza cautelar, mas que, corretamente, se demonstra como típica tutela antecipada,⁸ de vez que, no início do processo, se faz possível a concessão liminar, embora provisoriamente, da própria tutela reclamada, que será apreciada somente ao final do procedimento, quando da prolação da sentença.

Portanto, alguns procedimentos especiais têm já embutida no seu peculiar itinerário – e isso muito antes de se pensar em disciplinar a tutela antecipada, nos moldes em que se apresenta atualmente – a possibilidade de sua concessão previamente, no nascedouro do processo, exigindo para tanto somente prova de que se afiguram os requisitos para tanto, afinando-se, pois, à verossimilhança e ao perigo de dano irreparável que bem se adequavam ao *fumus boni iuris* e ao *periculum in mora*, em que se ancora a medida cautelar.

4. DA TUTELA ANTECIPADA NOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Evidentemente, em relação aos ritos especiais que já contemplam a possibilidade de concessão de tutela antecipada, sem qualquer outra particularidade, senão aquelas decorrentes de seu regime comum, não se necessita do amparo

8 Cf. nosso “O Procedimento das Chamadas Ações Possessórias”, *Posse e Propriedade*, São Paulo, Saraiva, 1987, obra conjunta coordenada por YUSSEF SAID CAHALI, pág. 193.

da regra geral, porque a especial já atende a essa finalidade, persistindo, pois, a possibilidade do deferimento da antecipação da tutela, nos moldes demarcados pelo procedimento em si.⁹

Todavia, há procedimentos em que a sua marca distintiva não está na possibilidade de concessão de tutela antecipada, mas em outra faceta qualquer, às vezes atinente a requisitos prévios ou à execução da sentença. De outro lado, existem ainda outros procedimentos especiais que admitem a concessão da tutela antecipada, porém a condicionam a requisitos específicos, que destoam da regra geral. Para esses casos, torna-se relevante a discussão acerca da possibilidade de se estar concedendo, mesmo à falta de regra específica, a tutela antecipada de que cuida o art. 273 do Código de Processo Civil.

5. DA APLICAÇÃO DO ART. 273 AOS RITOS ESPECIAIS QUE NÃO COGITAM DE LIMINAR

A utilização das regras gerais de procedimento para uma particular espécie supõe o atendimento de dois pressupostos: é necessário, em primeiro lugar, que se apresente a lacuna no sistema a ser integrado; em segundo lugar, é preciso que a norma a ser trazida de empréstimo seja compatível com as regras e os princípios referentes ao sistema a ser integrado. Se não houver lacuna, a regra especial impede a incidência da geral, sendo o quanto basta. Se, diversamente, existir a lacuna, só então há de se perquirir acerca da compatibilidade entre a disposição lacunosa e o preceito integrador, que, fazendo-se presente, libera o sistema para a recepção da norma com caráter geral.

Nessa linha, não se vislumbra qualquer óbice para a antecipação de tutela em casos de procedimentos especiais que nada disponham acerca do assunto, não cogitando da possibilidade ou não de se deferir a antecipação dos efeitos da tutela reclamada. Se a característica do procedimento não estiver nesse traço, a tutela antecipada se faz possível, devendo se definir, tão-só, acerca da credibilidade do direito invocado e do risco de dano irreparável, caso a medida não venha a ser deferida de início, rigorosamente conforme a linha demarcada pelo art. 273. Se estiverem presentes esses requisitos, a tutela deve ser concedida, tomando-se como fundamento a regra geral, que se revela adequada à situação particular.

9 É o que se passa com as próprias ações possessórias promovidas dentro de ano e dia contados da turbacão ou esbulho, não se necessitando considerar a regra geral, de vez que da especial tanto já decorre. LADISLAU KARPAT (*A tutela antecipada na defesa da posse e da propriedade*, Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2003, págs. 55 e 64, particularmente) considera, corretamente, a concessão liminar da proteção possessória como tutela antecipada, embora a enfrente à luz da previsão do art. 273 do Código de Processo Civil.

6. DA APLICAÇÃO DO ART. 273 AOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS QUE ADMITEM LIMINAR

Relativamente aos procedimentos especiais que prevêm a antecipação de tutela, porém condicionada a uma particular circunstância, cuja falta é impedimento ao uso do rito especial, a questão que se coloca é sobre a possibilidade de ser deferida a antecipação, mesmo nos casos em que aquela circunstância não existe ou desapareceu e com ela se inviabilizou o uso do rito especial, como se passa, particularmente, com o mandado de segurança e a ação possessória.

Não se denota, nesses casos, a existência de lacuna, a não ser quanto à regulamentação da tutela fora dos casos de que expressamente cuida. A natureza da relação jurídica ou o direito a ser discutido foram considerados pela lei como merecedores, em princípio, de uma mais premente e eficaz proteção judicial, mas alguma condição particular se lançou como requisito indispensável a ser atendido e, se não o for, o rito especial deixa de ser possível e, assim, a antecipação, dentro das coordenadas particulares daquele procedimento, também resta inviabilizada.

Pode dizer-se que a dimensão do risco de dano ou da plausibilidade da alegação está associada ao requisito que não foi observado, de modo que a concessão da medida, por via transversa, ou seja, abstraindo dos rigores impostos pela norma particular, representaria a negação da própria sistemática específica.¹⁰

Essa primeira conclusão, no entanto, não pode ser aceita sem se indagar acerca do sentido do pressuposto requerido como específico, ou seja, qual o interesse a que ele visa a tutelar, de vez que, conforme a intenção do legislador, a conclusão necessariamente será diversa.

7. DA TUTELA ANTECIPADA DIANTE DA POSSE VELHA

Quanto às chamadas ações possessórias, entendidas como aquelas que requerem prévia existência de posse do autor, turbada, esbulhada ou ameaçada,¹¹ o art. 924 do Código de Processo Civil, agasalhando uma distinção que já vinha do art. 523 do Código Civil revogado,¹² confere a elas o rito especial, no

10 Interessante, nesse sentido, acórdão do 2º TACSP, relatado por ANTONIO RIGOLIN, que admitiu, em tese, a aplicação da regra do art. 273 para a concessão de tutela antecipada às ações possessórias em que se discute posse velha, mas entendeu que a demora no seu ajuizamento contrasta com o risco de perigo de dano irreparável (7ª Câmara, AI 644026-00/5, julgado em 01.08.2000).

11 Conforme nosso “O procedimento das chamadas ações possessórias” cit., pág. 183.

12 O Código Civil atual não contém disposição no mesmo sentido, no que anda bem, de vez que a norma da legislação passada tinha natureza processual, cuidando da “ação possessória” (melhor seria do procedimento possessório), prevendo-a sumária, nos casos de turbção e esbulho de menos de ano e dia, e ordinária, nas demais hipóteses.

qual se encontra embutida a possibilidade de concessão da tutela antecipada, quando promovidas dentro de ano e dia da data da turbação ou esbulho. Vencido esse prazo, o legislador faz andar o procedimento pela via comum, deixando expresso que, ainda assim, não perdem o caráter possessório.

Nessa linha, um argumento simplista poderia referendar a conclusão de que a tutela antecipada, mesmo depois do ano e dia, é possível, de vez que o é no rito comum, sumário ou ordinário, conforme claramente decorre das normas que disciplinam o assunto, e a demanda, nesse caso, estaria transitando pelo rito comum.

Uma respeitável corrente jurisprudencial,¹³ assentada, primordialmente, nas lições de LUIZ GUILHERME MARINONI¹⁴ e NELSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY¹⁵ e, pois, nem sempre embasada no raciocínio de que cabe a tutela porque o procedimento agora é comum, sustenta essa possibilidade, fazendo, desse modo, com que desapareça, por completo, o sentido da regra específica do procedimento especial das possessórias.

A questão do prazo lançado pelo legislador como o divisor de águas entre um e outro procedimento não enseja, entretanto, um exame tão-só pelo prisma formal, mas coloca-se como elemento do próprio direito material que o sistema pretende resguardar, de onde a resposta simplista longe está de resolver o problema, pois, como bem coloca FRANKLIN NOGUEIRA, a regra do art. 273 não foi editada para alterar a regra própria do procedimento especial.¹⁶

Na verdade, o ano e dia, como se costuma dizer, não é somente uma questão processual, mas um elemento que aparta a posse nova da posse velha, sujeitas a regimes jurídicos de direito material diferenciados. Assim, quando o legislador veda o rito especial contra os esbulhos¹⁷ praticados há mais de ano e dia, ele não está

13 TJSP, 2ª Câmara de Direito Privado, AI 209684-4/9, rel. PAULO HUNGRIA, julgado em 26.06.2001; 1º TACSP, 4ª Câmara, AI 922659-5, rel. PAULO ROBERTO DE SANTANA, julgado em 10.05.2001; 1º TACSP, 5ª Câmara, AI 1053152-7, rel. ÁLVARO TORRES JÚNIOR, julgado em 15.05.2002; 1º TACSP, 5ª Câmara, AI 1214972-5, rel. MANOEL MATTOS, julgado em 03.09.2003; 1º TACSP, 10ª Câmara, AI 1211965-8, rel. ARY BAUER, julgado em 07.10.2003; 2º TACSP, 3ª Câmara, AI 705623-00/2, rel. FERRAZ FELISARDO, julgado em 28.08.2001; 2º TACSP, 11ª Câmara, AI 787369-00/7, rel. EGÍDIO GIACOIA, julgado em 10.03.2003; 2º TACSP, 9ª Câmara, AI 761316-00/0, rel. CRISTIANO FERREIRA LEITE, julgado em 11.09.2002; 2º TACSP, 9ª Câmara, AI 552242-00/7, rel. EROS PICELI, julgado em 07.10.1998; 2º TACSP, 11ª Câmara, AI 656950-00/6, rel. MENDES GOMES, julgado em 23.10.2000; 2º TACSP, 2ª Câmara, AI 636383-00/3, rel. PEÇANHA DE MORAES, julgado em 06.06.2000.

14 *A antecipação da tutela*, São Paulo, Ed. Malheiros, 1997, 3ª edição, pág. 125.

15 *Código de Processo Civil Comentado*, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2002, 6ª edição, pág. 1138.

16 1º TACSP, 8ª Câmara, AI 751769-7, julgado em 01.10.1997.

17 A questão tem relevância quando se cuida de esbulho, uma vez que, na simples turbação, a medida judicial somente terá sentido se ela guardar atualidade. Se a posse foi simplesmente turbada, no passado, revela-se falta de interesse de agir a propositura, depois de ano e dia, de ação com caráter possessório, podendo, quando muito, cogitar-se de reparação de dano ou outra medida desta ordem (cf. nosso "O Procedimento das Chamadas Ações Possessórias" cit., pág. 186).

preocupado com o procedimento para a discussão deste direito, mas sim com o próprio direito. O que a norma prevê, quando decodificada, é que o esbulhador há mais de um ano e dia tem direito material que lhe enseja proteção jurídica a seu favor, ainda que originariamente a sua posse fosse viciada.¹⁸

Por força disso, se veda o rito especial, mas se mantém o caráter possessório da demanda, o que a sujeita a certas peculiaridades de procedimento, ressaltada, basicamente, a concessão de liminar.

Destarte, o sistema jurídico, previamente, já definiu a situação possessória que ele entende verossímil e passível de importar em dano irreparável para fins de ensejar a concessão da tutela, liminarmente, colocando entre seus requisitos o aspecto temporal. Procedeu, desse modo, indiferente à questão de processo, mas objetivando conferir à parte contrária uma proteção possessória a que tem direito, de vez que a posse é fato que se altera, quando passados ano e dia, impondo merecer respeito e proteção jurídica a situação tranqüilizada.¹⁹

A questão é radicalmente diferente quanto ao mandado de segurança, embora também o seu rito fique alterado em decorrência do prazo, já que o art. 18 da Lei n. 1533/51 dispõe que “o direito de requerer o mandado de segurança extinguir-se-á decorridos cento e vinte dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.” A questão do prazo, nessa hipótese, não se presta para retratar o perfil do direito líquido e certo, que o impetrante pretende resguardar. Nem da não-propositura da medida no prazo próprio decorre alguma vantagem ou surge algum direito ou mesmo situação juridicamente amparável para a autoridade coatora ou qualquer outro interessado. O prazo, no mandado de segurança, coloca-se tão-só quanto ao rito, retirando, apenas, a possibilidade de usar da forma prevista como especial pela lei, sem prejudicar o conteúdo que nela seria debatido.

18 Embora não se detendo especificamente sobre a questão do prazo, CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA bem identifica a proteção que o sistema confere mesmo àquele que, originariamente, possa ter posse maculada. Assim, cuidando da ação de manutenção de posse diz ele que não se discute “a qualidade do direito do turbador”, de modo que se “pode chegar ao extremo de defender o salteador ou o ladrão contra o verdadeiro dono” (*Instituições de Direito Civil*, Rio de Janeiro, Forense, 1999, 13ª edição, n. 296, pág. 51).

19 Expressivos julgados afastam a aplicação da regra do art. 273 aos procedimentos possessórios promovidos depois de ano e dia do ato que ofende a posse: 1º TACSP, 8ª Câmara, AI 1206172-0, rel. RUI CASCALDI, julgado em 06.08.2003; 1º TACSP, 1ª Câmara, AI 1151558-3, rel. SILVA RUSSO, julgado em 28.04.2003; 1º TACSP, 8ª Câmara, AI 870850-7, rel. ANTONIO CARLOS MALHEIROS, julgado em 15.09.1999; 1º TACSP, 7ª Câmara, AI 898395-9, rel. BARRETO MOURA, julgado em 15.02.2000; 1º TACSP, 1ª Câmara, AI 1009496-3, rel. SILVA RUSSO, julgado em 11.06.2001; 1º TACSP, AI 1042687-8, rel. CARLOS ALBERTO LOPES, julgado em 15.08.2001; 2º TACSP, 10ª Câmara, AI 634893.00/2, rel. SOARES LEVADA, julgado em 23.08.2000; 2º TACSP, 6ª Câmara, AI 274396.00/2, rel. SOARES LIMA, julgado em 08.08.1990. Não se precisaria, contudo, chegar a considerar litigante de má-fé a parte que pleiteia a aplicação da regra geral do art. 273 à demanda versando sobre posse velha litigante de má-fé, como se deu em decisão do 1º TACSP (7ª Câmara, AI 1126602-7, rel. NELSON FERREIRA, julgado em 03.09.2002).

Desse modo, quem deixou de impetrar a segurança no prazo de cento e vinte dias não se vê tolhido de exercer seu direito pela via comum, podendo lhe ser concedida a tutela antecipada, exatamente àquela a quem tinha direito, se houvesse se valido, no tempo próprio, da via específica do mandado de segurança.²⁰

O fato, pois, de o prazo de ano e dia da violação à posse ter sido ultrapassado torna vedada a proteção antecipada, de vez que, com isso, estariam sendo suprimidos direitos da parte contrária que, em vista da inércia daquele que fora lesado, passou a ter direitos suscetíveis, ao menos em princípio, de proteção judicial.

8. DA CONCLUSÃO

Pode, assim, concluir-se que a tutela antecipada somente tem lugar nos procedimentos comuns, nos especiais que não a prevêm expressamente e nos especiais que a permitem sobre certas condições, desde que essas não afetem o direito material em si, como se dá com a possessória, na qual, do não-exercício do direito de ação no prazo próprio, emerge direito à proteção para a parte contrária.

20 LUIZ GUILHERME MARINONI lembra bem que, antes da adoção da tutela antecipada no processo de conhecimento, situações como essa eram enfrentadas por meio de medida cautelar, na qual se transformava o direito líquido e certo em simples fumaça do bom direito, suscetível de ensejar a concessão de liminar. Diante da inexistência de autorização, naquele tempo, para a concessão da tutela no processo de conhecimento, sobrevinha este que tornava a cautelar inócua, tanto que ambos eram decididos na mesma sentença (“A Consagração da Tutela Antecipada na Reforma do CPC”, *Reforma* cit., pág. 116).